

**, DE 2013**

Solicita informações ao  
Ministro da Fazenda.

Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado, tendo em vista a subordinação orgânica da Caixa Econômica Federal à aquele órgão, ao Exmo. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, questionamento relativo à destinação orçamentária dos recursos oriundos das multas instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001:

- ## JUSTIFICAÇÃO

Ocorre que, conforme o depreende-se dos últimos balancetes apresentados pela Administração Pública Federal referente às contas do FGTS, verifica-se que a necessidade de fazer frente ao referido impacto financeiro foi sanada.

Ou seja, o saldo das contas individuais dos titulares que aderiram ao Acordo proposto na Lei Complementar em questão foi devidamente corrigido, o

escalonamento proporcional foi efetivamente configurado e, ainda, interveio a situação de “boa solvência” do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Com isso, torna-se possível a finalização do processo de diferimento de todo o impacto do acordo, possibilitando, assim, a extinção da cobrança de contribuição social em questão.

Com base nisso, solicitamos seja encaminhada resposta acompanhada de Nota Técnica com detalhamento minucioso da aplicação, desde o final do mês de julho do ano de 2012, dos recursos oriundos dessa contribuição.

Portanto, na qualidade de representante do povo, apresento o presente Requerimento de Informações e solicito o envio ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para que os devidos esclarecimentos e aplicação de ações administrativas sejam realizados.

Sala das Sessões, 27 de março de 2013.

**LAÉRCIO OLIVEIRA**  
Deputado Federal - PR/SE